

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO DIA 08/11/2022

A reunião é iniciada as 11 horas e 34 minutos pela presidente do conselho Grace Burchardt, com 20 conselheiros presentes. Procede-se a votação de troca de categoria de membro Efetivo para membro Pleno de Gustavo Flores Gazzana, com resultado de aprovação por unanimidade, 20 votos sim, nenhum voto não e nenhuma isenção. É comunicada a solicitação de troca de categoria de membro Efetivo para membro Pleno de Marcelo Lubisco Leães e de Angela Cauduro de Castro. É lembrado que Angela é filha de Jorge Castro. A presidente do Conselho lança o processo eleitoral da instituição e lembra que de acordo com o estatuto a inscrição de chapa ocorre até a data de 1 de dezembro. Em seguida coloca em discussão o Projeto Ações Afirmativas, conforme a pauta. Refere dois assuntos relativos ao projeto, debatidos na reunião anterior, a isenção da mensalidade do supervisor e o pagamento ou não das salas de atendimento pelo membro do projeto. Além disso, é referido que a preocupação do Conselho é com uma ação reparatória e não assistencialista. Rafaela Degani traz a notícia de que depois da última reunião, a comissão se reuniu para pensar. Lembra que este é um projeto do CEP e que é um projeto piloto, portanto propõe que temos que aprender fazendo. Pontua que conforme debatido, irá se remover a isenção de mensalidade do supervisor, porém na clínica, propõe manter a isenção do pagamento do aluguel da sala. Assim, o colega passaria a pagar como todos os outros membros, após os quatro anos de formação. Gostaria de propor também uma atividade inaugural para apresentar o projeto para todos. Ione Russo retoma a discussão da reunião passada, pensando que esses alunos irão atender como os demais, porém sem nenhum custo, diferentemente dos demais. Diante disso questiona como ficaria em relação aos outros colegas que irão atender, ganhar e pagar pela sala. Pontua o mal-estar que irá ser gerado. Rafaela Degani diz que vamos ter de lidar com o mal-estar e que talvez possamos nos perguntar que mal-estar é esse. Marcelo Leães diz que o caminho de pagar para ver seria mais interessante e lembra que sua posição perante a clínica é que haja isenção. Leonardo Francischelli lembra que tem uma série de questões no projeto, assinala que a proposta de ser um projeto piloto é boa, pois assim vão modificando conforme os mal estares. Pensa que deve ser sempre aberto passando pelas adequações institucionais. Gustavo Soares diz que o mal-estar é bem-vindo, afirma que é parecido com as cotas, as quais também geraram mal-estar. Lembra que é reparatório. Rafaela Degani pontua a necessidade de a instituição como um todo abraçar o projeto. Que o colega que for procurado para analisar, colabore negociando. E faz outra proposta, a de um grupo de trabalho para o próximo ano que possa pôr em ação o projeto. Denise Souza lembra da ideia de ser gradativo o pagamento da sala de atendimento, assim apenas no primeiro ano haveria isenção. Marcelo Leães pede que palavra circule mais na reunião e menos no híbrido. Grace Burchardt pontua que as reuniões de Conselho permanecerão híbridas, para a participação de Caxias do Sul, contemplando também outros colegas. Maria Liane Porn Dutra pensa no projeto como uma proposta aberta e pensa que a proposta de Denise Souza começa a fechar, pois não sabemos como será o segundo ano do colega. Diz também que causar algum mal-estar é fundamental diante da ideia de privilégio dos brancos. Denise Souza rememora que a ideia exposta por ela anteriormente foi uma sugestão, inclusive, de Ignácio Paim. Giovana Borges é a favor de ser um projeto piloto e acha que ninguém tem que receber monetariamente com o projeto. Lembra que a análise pessoal tem sido critério A+ para ingresso. E refere que outra questão é sobre as supervisões, pois pensa que os supervisores deveriam acolher. Ana Paula Terra Machado diz que é favorável a implantação do projeto. E demonstra sua preocupação com a questão das análises. Afirma que não tem o porquê diferenciar a ação dos outros candidatos que entram, considerando que temos que assinalar e lidar com o mal-estar gerado. E pontua que as questões progressivas de pagamento são uma aposta, pois pensa

que colega do projeto terá condições. Sandra Veiga lembra que para além do critério de seleção, a análise pessoal é critério para atendimento na clínica do CEP. Vanessa López pede confirmação para Rafaela sobre todos os supervisores entrarem no projeto e não apenas os que se propõe a isso. Grace Burchardt pergunta se os conselheiros estão de acordo que o projeto inicie como piloto e que possa ir sendo ajustado, lembra, entretanto que teremos que estudar se há a necessidade de alteração estatutária, nesse caso se deve convocar Assembleia. Solicita aos conselheiros que se manifestem se estão de acordo. Gustavo Soares diz que talvez seja uma questão de se colocar em assembleia e discutir com a comunidade e assim o conselho poder acolher. Grace Burchardt lembra que o que cabe a Assembleia é bastante específico, lê no Estatuto as atribuições da Assembleia. A discussão e aprovação do projeto é atribuição do Conselho, porém em caso de necessidade de mudança estatutária, deve-se convocar a Assembleia para alteração estatutária. Pontua algumas questões, uma relativa a qual departamento irá pertencer o projeto, naturalmente seria a Escola e outra relativa a nomeação específica que será dada aos membros do projeto, se membro provisório cotista? Rafaela Degani pensa e propõe que iremos chamá-los do mesmo jeito que os outros para não os segregar. Grace Burchardt propõe que seja votado, conforme solicitado enquanto projeto piloto, sujeito a ajustes e sujeito a análise do advogado para verificação da necessidade de alteração estatutária. Por aclamação, por maioria, o projeto é aprovado. Dá-se sequência a pauta com o assunto acompanhamento da consultoria financeira. A Presidente do Conselho refere que foi feita consulta advocatícia sobre a solicitação feita por conselheiros na última reunião para acompanhar a consultoria. Conforme o advogado que presta serviços ao CEP não há óbice estatutário, ou seja, não há impedimento para que o Conselho designe algum ou alguns de seus membros para acompanhar os trabalhos, bem como os relatórios parciais e finais produzidos. Isso em nada obsta as competências executivas da Diretoria. Além disso, trata-se, inclusive, de obrigação do Conselho, pois dele é a vocação fiscal, visando a transparência. Outrossim, a solicitação desse trabalho partiu do Conselho. Fernando Kunzler pede a palavra dizendo que faz três semanas que se reuniram pela primeira vez e que após essa reunião eles mandaram um relatório. Lê a carta enviada pela empresa com algumas solicitações e esclarecimentos. Pontua a satisfação da consultoria com os números, entretanto, eles entenderam que o CEP não tem fluxo de caixa. Kunzler discorda. A empresa solicitou documentos e cronogramas, inclusive o extrato financeiro, dizendo que vão nos apresentar em no máximo duas semanas uma solução para casa. Lores Meller pontua a solicitação de cronograma físico e financeiro da obra e do que falta. Diz que algo aconteceu que a construtora não foi entendida, dessa forma haverá um contato direto da Bankability com a Galiuzzi. Leonardo Francischelli informa a todos que independente das reuniões, está tudo bem, as relações têm sido amistosas e nesse sentido está andando bem. Grace Burchardt pergunta se algum colega conselheiro quer participar dos encontros. Fernando Kunzler afirma que não há problema nisso. Gustavo Soares sugere que Fernando deixe a disposição para todos estes documentos que leu com as informações sobre o andamento do trabalho da consultoria. Ficará a disposição na secretária para os que quiserem solicitar. Denise Souza aponta sua satisfação por as coisas estarem harmônicas e por estarem andando. Registra-se que os trabalhos estão andando bem, a consultoria está passando para a fase de análise. Em caso de reunião, a Diretoria fica comprometida de avisar para que os colegas conselheiros possam acompanhar. O comunicado fica na secretária e os relatórios financeiros devem ser encaminhados e apresentados. De acordo com pauta, passamos ao assunto da clínica. Marcelo Leães fala que há uma questão que se tornou urgente, lê uma carta feita por ele sobre a dificuldade enfrentada no SiaCep, pois o grupo não tem tido adesão de analistas para atendimento. Diante disso, propões que seja ampliado o acesso de atendimentos aos colegas em formação. Sugere que possa se votar, pois em sua percepção se trata de uma questão de

regimento interno. A ideia é incluir o acesso de colegas do terceiro e quarto ano da formação. Lea Thormann faz uma historicização do serviço da infância, pois ele foi criado em sua gestão. Lembra que iniciou em um modelo de laboratório e que neste está incluso trabalhar, estudar e supervisionar, ou seja, com supervisão continuada. Pontua que com o passar dos anos este modelo inicial não se sustentou e considera não somente necessário, mas fundamental a supervisão. Ana Paula Terra Machado reitera as palavras de Lea e afirma que o serviço está desconfigurado, acha complicado ampliar sem oferecer suporte de supervisão. E reforça que só seria consistente com o suporte de supervisão. Marcelo Leães diz que o SiaCep inclui encontros de discussões clínicas, discussões teóricas e discussões sobre funcionamento interno do serviço. Refere que esta estrutura já existe. Giovana Borges acrescenta enquanto contribuição que ela foi uma das pessoas que supervisionou no SiaCep, além dos encontros clínicos semanais e que hoje não se supervisiona mais o trabalho. Lea Thormann fala no mesmo sentido de Giovana, que as reuniões que acontecem hoje sistematicamente, elas são outra coisa, isso não é supervisão. Pontua que algo se perdeu e não vê que isso possa funcionar sem supervisão fazendo parte do corpo. Marcelo Leães reitera a importância de ampliar e abrir os atendimentos para os membros em formação, que a supervisão poderia se fazer conforme a demanda de cada um. O conselho se opõe a essa ideia. Ana Paula Terra Machado diz que temos critérios estabelecidos para o atendimento de adultos, porque não teríamos critérios para o atendimento de crianças e adolescentes. Sandra Veiga lembra que deu grupo de supervisão da infância e adolescência até o início da pandemia. Grace Burchardt assinala que conforme as discussões o conselho se opõe a ideia de ampliação para os membros em formação, e que devemos seguir pensando, pois a supervisão é fundamental. Marcelo Leães diz que devemos pensar e não recuar, pensar nessa transferência. Loes Meller traz o assunto da obra e fala que no final de outubro, 27/10 a construtora solicitou uma reunião. A obra está há um ano parada, já estão aparecendo alguns problemas. Explica que a Galiazzi contrata outras empresas e que foram chamados pela empresa de mão de obra para rescindir o contrato, pois não estava mais interessante para eles manter o contrato nas mesmas condições acordadas anteriormente. Outra questão é o elevador que foi comprado e que deveria estar sendo instalado por este período. Diante da nossa situação de obra e da solicitação de retirada do elevador pela fábrica, foi contratado um depósito para este fim, no valor de 1.500 reais mensais. Pontua que o cub foi atualizado e que o preço dele não fechado, informando que agora nos falta 1 milhão e 198 mil reais para concluir a obra. Ana Paula Terra Machado ouve isso com tristeza e apreensão, lembra que temos aí 6 meses que por dificuldades nossas não seguimos a obra. Afirma que a situação está se agravando e que devemos depositar nossos esforços para solucionar com a consultoria. Há essa aposta. E sua opinião pessoal é de que a obra precisa ser reiniciada, mas lhe parece que isto está consignado a consultoria. Camila Camaratta lastima escutar acerca da rescisão com a Galiazzi, pois se trabalhou muito. Questiona então se a construtora estaria reincidindo o contrato da obra e assinala que o que aconteceu em sua percepção, foi uma precipitação em iniciar. Loes Meller explica que não é isso, que o contrato rescindido foi da empresa terceirizada. E que ela se coloca à disposição de fazer um novo contrato, com valores atualizados. Ou então a construtora pode contratar outra empresa para fazer a mão de obra. Ione Russo pede a palavra para falar de uma situação em Caxias, dizendo que escutou comentários sobre um contrato que foi feito em uma empresa em Farroupilha, para atendimentos a 30 reais. Cesar Antunes diz que é um convenio que os colegas farão alguns atendimentos na empresa e que após isso o paciente seria encaminhado para o CEP. Diz que é uma forma de ter mais abrangência e dos colegas atenderem. Este assunto sobre o convenio empresarial fica agendado para a próxima reunião. A reunião é finalizada às 13 horas e 6 minutos.